

LANGA, Ercílio, (2020). “Imigração e mercado de aluguel de imóveis no Brasil: estudo de caso da dispersão de jovens africanos na cidade de Fortaleza-CE (2010-2016)”. PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações. Volume 4 - Número 2, pp. 256-282.

Artigo recebido em 20 de outubro de 2020 e aceito em 02 de novembro de 2020.

## **Imigração e mercado de aluguel de imóveis no Brasil: estudo de caso da dispersão de jovens africanos na cidade de Fortaleza-CE (2010-2016)**

### **La inmigración y el mercado de alquiler inmobiliario en Brasil: un estudio de caso sobre la dispersión de jóvenes africanos en la ciudad de Fortaleza-CE (2010-2016)**

Ercílio Neves Brandão Langa<sup>1</sup>

---

## **RESUMO**

O artigo analisa a inserção de africanos em Fortaleza e suas interações com o mercado imobiliário: aluguel de imóveis. Partindo de pesquisa etnográfica e entrevistas realizadas entre 2010 e 2016, o autor faz uma imersão sociológica na vida de jovens africanos, compreendendo a dinâmica das relações raciais na cidade. Usa as distinções de preconceito de marca e de origem de Nogueira (2006) como aporte teórico. Diante do custo de vida, os imigrantes-estudantes escolhem locais de residência que facilitem a mobilidade de ônibus, ruas onde residem outros africanos, compartilhando imóveis próximos a faculdades e carteirinhas estudantis, diminuindo custos de aluguel e transporte. Moram juntos indivíduos do mesmo país ou distintos, esquecendo diferenças nacionais, regionais, étnicas e de classe. Enfrentam dificuldades no aluguel de imóveis devido ao preconceito racial, desemprego e dificuldades econômico-financeiras. Existe alta rotatividade nos imóveis que alugam, nomadismo e dispersão pela cidade, afetando a convivência e o sentimento de comunidade. Na sua inserção urbana e no arrendamento de imóveis, os africanos são alvo de discriminação devido à cor da pele e origem étnica.

**Palavras-chave:** Migração africana. Juventude. Fortaleza-CE. Mercado imobiliário. Preconceito.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia. Professor Adjunto na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Email: ercilio.langa@gmail.com.

---

## RESUMEN

El artículo analiza la inserción de africanos en Fortaleza y sus interacciones con el mercado inmobiliario: alquiler de bienes inmuebles. A partir de investigaciones etnográficas y entrevistas realizadas entre 2010 y 2016, el autor hace una inmersión sociológica en la vida de los jóvenes africanos, comprendiendo la dinámica de las relaciones raciales en la ciudad. Utiliza las distinciones de marca y prejuicio de origen de Nogueira (2006) como aporte teórico. En vista del costo de vida, los estudiantes inmigrantes eligen lugares de residencia que faciliten la movilidad de autobús, calles donde residen otros africanos, compartiendo propiedades cercanas a universidades y carnés de estudiante, reduciendo los costos de alquiler y transporte. Las personas del mismo país o de diferentes viven juntas, olvidando las diferencias nacionales, regionales, étnicas y de clase. Se enfrentan problemas para alquilar propiedades debido a los prejuicios raciales, el desempleo y las dificultades económico-financieras. Existe una alta rotación en las propiedades que alquilan, nomadismo y dispersión por toda la ciudad, afectando la convivencia y el sentimiento de comunidad. En su inserción urbana y alquiler de propiedades, los africanos son discriminados por su color de piel y origen étnico.

**Palabras clave:** Migración africana. Juventud Fortaleza-CE. Mercado inmobiliario. Prejuicio.

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo analisa as interações de imigrantes africanos com o mercado imobiliário no Brasil, a partir do estudo de caso dos estudantes africanos residentes na cidade de Fortaleza-CE. Trata-se de um estudo etnográfico com imigrantes de distintos países de África que se encontram nessa cidade a realizar suas formações acadêmicas em universidades públicas e faculdades particulares. No tocante à estrutura do artigo, primeiro apresenta-se os aportes metodológicos e o referencial teórico. Em seguida, discute-se acerca do ensino superior nos países de língua oficial portuguesa (PALOP) e a emigração estudantil para a cidade de Fortaleza. O terceiro tópico aborda as raízes históricas do racismo institucional no Ceará. No quarto segmento descreve-se a segregação urbana e as dificuldades de aluguel de imóveis por africanos. No quinto, analisa-se o mercado imobiliário fortalezense diante da alteridade racial e cultural africana. Por último, faz-se uma descrição densa dos modos de vida em colônia africana na cidade.

---

## APORTES METODOLÓGICOS

O levantamento bibliográfico e a pesquisa documental foram realizados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como em três instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas na cidade de Fortaleza. Já a pesquisa de campo foi realizada em um prédio onde residiam cerca de trinta imigrantes africanos de distintas nacionalidades. O pesquisador também se serviu de seu acervo pessoal constituído de trabalhos acadêmicos e reportagens de jornais sobre o assunto.

Constatou-se a existência de poucos dados estatísticos ou numéricos confiáveis sobre a presença de estudantes africanos nas IES públicas e privadas visitadas, situação que torna difícil dimensionar quantitativamente esse segmento. Há dificuldades em obter dados estatísticos confiáveis sobre o número de africanos na cidade de Fortaleza também no IBGE. Não existe nenhum mapeamento ou censo desta população, tornando difícil contabilizar os estudantes africanos. De forma geral, conclui-se que há ausência de dados sistematizados sobre a inserção e presença de estudantes africanos na cidade, nas universidades e no próprio IBGE. Acerca desse assunto, Subuhana (2009) argumenta que “existe imensa dificuldade de obter dados efetivos desse contingente estudantil, como mostram inúmeros trabalhos feitos com o tema” (p. 110). No IBGE de Fortaleza, tanto no acervo da biblioteca como na base de dados disponível no seu site eletrônico, não havia registro de dados estatísticos sobre o número de estrangeiros na cidade de Fortaleza, nem de estudantes africanos nos censos populacionais. Essas situações revelam a invisibilização desses sujeitos nas estatísticas oficiais e mesmo a existência de um racismo institucional.

A Universidade Federal do Ceará (UFC), a primeira IES a receber estudantes africanos no Estado tem disponível nos seus *Anuários Estatísticos de 2009 a 2016* diversas tabelas, diagramas e gráficos contendo dados estatísticos acerca da presença de alunos estrangeiros de África, Europa, Américas e Ásia na instituição. Contudo, esses dados se referiam à presença de alunos estrangeiros do Programa Estudantes Convênio-Graduação (PEC-G) na Universidade entre os anos 2000 e 2016, não havendo dados acerca de estrangeiros e africanos inseridos nos diferentes programas de pós-graduação. Os dados apontavam um aumento do número de estudantes africana nessa IES ao longo dos anos, particularmente a partir do ano 2005 e um decréscimo a partir do ano 2014. Este período de aumento de alunos africanos coincide com o fortalecimento dos convênios educacionais dos governos brasileiros liderados por Lula da Silva e Dilma Rousseff com os países africanos.

Os poucos dados existentes não são confiáveis, pois os números apresentados nos anuários se referem apenas aos estudantes dos cursos de graduação, ignorando-se um contingente em crescimento de alunos africanos matriculados nos cursos de pós-graduação. Mesmo com a ausência de dados estatísticos, é

notória a presença cada vez crescente de africanos nas ruas, nos espaços públicos e em instituições de ensino superior da cidade de Fortaleza que, as poucos, vão modificando a aparente homogeneidade da *etnopaisagem* desta metrópole. Appadurai (2004) utiliza o conceito de *etnopaisagem* para designar paisagens de pessoas que constituem o mundo que habitamos em deslocamento: imigrantes, turistas, refugiados, exilados, trabalhadores convidados e outros grupos e indivíduos em movimento a constituírem um aspecto essencial do mundo e parecendo afetar a política das nações e entre as nações, sem precedentes. O autor usa essa designação no lugar de *identidade étnica*, num contexto mundial onde paisagens, imagens e indivíduos estão em contato e em transformação.

---

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a dinâmica das interações entre africanos e fortalezenses, utilizo como quadro de análise as noções de *preconceito de marca* e *preconceito de origem* de Nogueira (2006). Na ótica deste autor, no Brasil predomina o *preconceito de marca*, que se exerce em relação à aparência, no qual se tomam por pretexto, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque.

“Considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem*” (Nogueira, 2006, p. 292).

Em Fortaleza, muitos africanos são alvo dos *preconceitos* tanto *de marca* como *de origem*. Eles percebem que a cor da pele, sua fisionomia, seus traços físicos são os principais atributos da sua existência, característica social e física da experiência de seu grupo étnico. Dessa forma, parte dos africanos assimila tais valores e descobre-se *negro* e o seu lugar social de inferioridade na sociedade brasileira. Assim, nas suas interações, parte dos estudantes passa a assumir-se enquanto *negros*, enquanto outros recusam tal categoria de nomeação. A identificação do imigrante africano com o ser *negro* surge em oposição aos *brancos* brasileiros, assim como em oposição ao *marrom*, *cor de jambo*, *cor de chocolate*, e outras identificações raciais existentes, com as quais os brasileiros se denominam os negros e pardos no Brasil.

Os africanos residentes há mais de uma década na cidade relatam que além discriminação, durante vários anos, viram-se invisibilizados e chamados de *baianos*, por conta dos estigmas de cor de pele e local de origem, existentes no Brasil. Por outro lado, no cotidiano, os africanos percebem a dificuldade dos brasileiros em chamá-los pelos nomes próprios, substituindo-os pela categoria nativa brasileira *negão*, bem como o fato destes esquecerem-se das suas nacionalidades e nomes de seus países de origem. Um desafio dos africanos é encarnar suas identidades nacionais enquanto bissau-guineenses, cabo-verdianos, são-tomenses, moçambicanos, angolanos, mas também suas identidades etnolinguísticas, diante dos processos de homogeneização engendrados pela sociedade brasileira.

---

## ENSINO SUPERIOR NOS PALOP E EMIGRAÇÃO ESTUDANTIL PARA FORTALEZA

Acerca do ensino superior nos PALOP, Langa (2013) mapeia o cenário e as dinâmicas de mudanças no setor nesses países desde a era colonial até à atualidade, circunscrevendo os processos de expansão, diversificação, diferenciação, financiamento, gestão e de políticas de reformas desses sistemas. Sua análise oferece uma visão global acerca do desenvolvimento do ensino superior nesses Estados, apresentando os cenários históricos de cada país, caracterizados por diferentes trajetórias mas com similaridades em termos de formação e desenvolvimento da educação superior: são países pobres, com sistemas de ensino estabelecidos durante a colonização portuguesa, com objetivos de satisfazer apenas as demandas e os interesses de uma minoria da população, constituída por colonos europeus, existindo poucas ou nenhuma IES durante o período de colonização, até aos anos de 1970.

Conforme Langa (2013), Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São-Tomé e Príncipe só recentemente, na primeira década do século XXI, conseguiram estabelecer IES públicas em seus territórios, depois de dezenas de anos e após das independências de Portugal. Já Angola e Moçambique tinham cada um, uma IES, respectivamente, desde o tempo colonial. Contudo, esses dois países enfrentaram guerras civis no contexto da bipolarização mundial, durante o período da Guerra Fria, que paralisaram, por quase vinte anos, suas economias. Já a Guiné-Bissau, desde a sua independência, vivenciou diversos momentos de instabilidade política até o período recente por conta conflitos políticos e de golpes de Estado.

“The study has shown that higher education in the five PALOP countries took about different trajectories, in some cases with similarities, in terms of its formation and development. While Angola and Mozambique saw their first HEIs/IES being established during the

colonial period, to meet the demands and interests of colonial settler populations, higher education in Cape Verde, Guinea-Bissau and São Tomé and Príncipe is a postcolonial experience. In the postcolonial era, all five countries attempted to build socialist societies. The bipolarization of the international political order which led to the Cold War served as ideological background behind the civil wars in Angola and Mozambique. The wars in Angola and Mozambique lasted more than 20 years and paralyzed the two countries economically, bringing them almost to the brink of collapse. While Cape Verde and São Tomé and Príncipe remained politically calm, Guinea-Bissau has never enjoyed and enduring Peace in its political process since gaining independence from Portugal in 1974. Consecutive *coups d'état* makes the News headlines of the Guinea-Bissau political system” (Langa, 2013, p. 95)<sup>2</sup>.

Após as independências em 1975, os PALOP passaram por gestões centralizadoras dos governos socialistas que se transformam, então, nos únicos provedores e gestores da educação superior nos territórios. O terceiro momento, a partir de meados da década de 1980, é caracterizado pelo fracasso das “experiências socialistas”, tendo adotado o liberalismo econômico imposto pelas Instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Dessa forma, efetiva-se a restrição da atuação dos governos na educação superior que ficam com o papel regulatório, com a entrada em cena das IES particulares. Suas economias sofreram com a liberalização dos processos de ajuste à ordem do capital com efetivas mudanças impostas pelo liberalismo econômico. Assim, foram drásticos os impactos nos seus frágeis sistemas de educação superior, implantados, em muitos casos, por provedores particulares, cujos interesses são mercadológicos. Este sociólogo assim descreve os efeitos do liberalismo nas economias desses países:

“The liberalization of these countries’ economies brought about many changes, some of which impacted drastically on higher education. The state could no longer afford to be the sole provider of higher education and it made space for private operators. In the mid-1990s

---

2 Em tradução livre: “Este estudo mostra que o ensino superior nos cinco países que constituem os PALOP apresenta trajetórias distintas, em alguns casos com similaridades, em termos de formação e desenvolvimento. Ainda que Angola e Moçambique tenham estabelecido suas primeiras IES durante o período colonial, estas iam de encontro às demandas e interesses das populações colonas, enquanto que Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São-Tomé e Príncipe tem uma experiência após o período colonial. No período pós-colonial, todos os cinco países tentaram construir sociedades socialistas. A bipolarização internacional no contexto da Guerra Fria serviu como pretexto ideológico para as guerras civis em Angola e Moçambique. As guerras civis que assolaram Angola e Moçambique nos últimos vinte anos e paralisaram economicamente os dois países, quase os levaram ao colapso. Já Cabo-Verde e São-Tomé e Príncipe permaneceram politicamente seguras, enquanto Guiné-Bissau nunca teve uma paz duradoura em seu processo político desde a independência em relação a Portugal em 1974, com sucessivos golpes de Estado, que fizeram manchetes nas páginas dos jornais”.

the number of HEIs in Angola and Mozambique began to increase, with the emergences of private providers. Cape Verde, Guinea-Bissau, and São Tomé and Príncipe saw their first HEIs being established by private providers. The trend of expansion, differentiation and diversification has continued to date” (Langa, 2013, p. 95)<sup>3</sup>.

Conforme este estudioso do ensino superior, em Angola e Moçambique as primeiras IES foram estabelecidas durante o período colonial, na década de 60 do século XX, respondendo às demandas e aos interesses da elite colonial portuguesa nesses territórios africanos. Já em Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São-Tomé e Príncipe, a educação superior só se constitui décadas após as independências, no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Na sua conclusão, a autor assim descreve a situação do ensino superior nos PALOP, na primeira década do século XX:

“In all five countries, the first decade of the 21st century has been marked by an increasing participation in higher education even though the rates are still below the African average of 6,8% gross enrolment rate (GER). Cape Verde makes the exception with a participation rate of 22%, being amongst the highest on the continent, with Mauritius leading with 37% GER. The trends of expansion, differentiation, and diversification of the higher education system in the PALOP are quite similar. However, each country is at a different stage of development of its higher education system. While Angola and Mozambique have relatively large and complex systems with more than 100 000 students, distributed across the various public and private institutions, Cape Verde, Guinea-Bissau, and São Tomé and Príncipe are small systems, with fewer than 10 000 students mostly distributed in one major public institution and a few private operators. The five countries have also experienced changes in the manner in which their higher education systems are governed. From a centralized and planning mode of governance and coordinator during the socialist experiment, government being the sole provider of higher education, they have moved into a somewhat decentralized mode of governance with the government playing a regulatory role through passing public policy and regulations and the establishment of councils with a coordinating role.” (Langa, 2013, p. 96)<sup>4</sup>.

---

3 Em tradução livre: “A liberalização das economias desses países abriu muitas oportunidades, algumas das quais, com impactos negativos para o ensino superior. Os estados não dispunham de recursos para providenciar um ensino superior e, esse espaço foi ocupado por operadores privados. Em meados da década de 1990, o número de IES em Angola e Moçambique teve um incremento, com a emergência de provedores privados. Já Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São-Tomé e Príncipe só mais tarde conseguiram estabelecer suas primeiras IES a partir de iniciativas privadas. A tendência de expansão, diferenciação na diversificação continua até o momento”.

4 Em tradução livre: “Nos cinco países, a primeira década do século XXI tem sido marcada

Percebe-se que, ainda que com poucas IES estabelecidas no país e um sistema de ensino superior em expansão, dentre os PALOP, Cabo-Verde está em melhor condição com um contingente significativo de quadros com formação superior, mas a maioria residente e trabalhando fora do país. Já Angola e Moçambique têm sistemas de ensino superior de 1975, estando em expansão, mas somente parte de sua população tem formação de nível superior. As redes de IES nesses dois países ainda são insuficientes e não dão conta das demandas de suas populações e Estado.

Guiné-Bissau e São-Tomé e Príncipe ainda estão dando os primeiros passos na construção dos sistemas de ensino superior que respondam às demandas de seus Estados e populações. Todos os PALOP passaram por períodos com regimes socialistas centralizadores, seguidos por crises econômicas e transições para o sistema capitalista, passando por reestruturações profundas impostas pelo FMI e BM. Estes processos impediram esses países de estabelecer IES e consolidar os sistemas de ensino superior. Estas realidades continuam influenciando a vida de seus cidadãos e as decisões dos jovens de migrar em busca de oportunidades de formação superior, tendo o Brasil como um dos destinos por conta de língua portuguesa e culturas em comum, bem como o maior grau de desenvolvimento educacional, comparado com os deles.

No tocante à migração estudantil internacional e a presença africana na cidade de Fortaleza, busca-se compreender as razões dessas migrações, suas características e sentidos. Sayad (1998) argumenta que para se compreender a imigração é necessário primeiro compreender a emigração. Seguindo essa trilha, neste artigo, verifica-se a situação política, econômica e educacional dos países de origem dos imigrantes. Cabe pontuar que os governos brasileiros – presididos pelo presidente Lula da Silva, entre os anos 2003-2010, e o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, entre os anos 2011-2014, vinham fortificando laços econômicos e de cooperação com esses países africanos nas mais diversas áreas, incluindo a educacional. Fruto dessa cooperação, os africanos residentes na cidade de Fortaleza são majoritariamente estudantes universitários, oriundos dos países africanos falantes da língua portuguesa (Langa, 2017).

---

por um crescimento da participação do ensino superior, mesmo que os índices abaixo da média africana registrada, que é de 6,8%. Cabo-Verde representa uma exceção, com uma participação de 22%, estando entre as mais altas do continente, junto com as Ilhas Maurícias, com 37%, liderando a tabela. A tendência de expansão, diferenciação na diversificação dos sistemas de ensino superior nos PALOP são bastante similares. Ainda que Angola e Moçambique tenham um sistema complexo e relativamente grande, com mais de 100.000 estudantes, distribuídos nas diversas instituições públicas e particulares, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São-Tomé e Príncipe têm sistemas relativamente menores, com menos de 10.000 estudantes majoritariamente distribuídos em uma grande instituição pública e algumas instituições privadas. Os cinco países também vivenciaram mudanças no modo de gerir os sistemas de ensino superior. Do modo centralmente planejado de gerir, durante o período socialista, o estado deixou de ser o único provedor da educação superior, descentralizando, passando a ser um agente regulador, criando leis e políticas de regulação e estabelecendo conselhos reguladores e coordenando o sistema”.



A partir de observações e de dados da pesquisa de campo realizadas em Fortaleza, entre os anos 2010 e 2016, assim como dos processos históricos desses países, percebe-se que Guiné-Bissau e Cabo-Verde, são os países africanos que apresentam os maiores contingentes de cidadãos na cidade, seguidos por São-Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, respectivamente. Uma das razões para existência destes quantitativos é o fato de Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, duas nações lusófonas vizinhas, banhadas pelo Oceano Atlântico, estarem situadas na costa ocidental africana, localizando-se geograficamente próximas do Estado do Ceará, distando cerca de seis a oito horas de voo de avião. Até poucos anos atrás, esses dois Estados possuíam somente uma ou nenhuma instituição do ensino superior (IES) pública em seus territórios (Langa, 2013).

Desde 1998 até ao presente, a Guiné-Bissau vivencia crises governamentais, de abastecimento alimentício e energético, político-partidárias, parlamentares, conflitos político-militares e socioeconômicas, tentativas golpistas, golpes de Estado, escaramuças militares e guerra-civil que impedem o término de mandatos dos presidentes e primeiros-ministros, crises provocadas pelo tráfico internacional de drogas. Estes fatores têm sido determinantes para a migração laboral, socioeconômica e estudantil de milhares de cidadãos desta nação para o exterior. A instabilidade político-militar e socioeconômica que se vivencia na Guiné-Bissau desde 1998 até ao presente ano, como outra forte razão para um maior quantitativo de cidadãos provenientes desse estado africano em território brasileiro (Teixeira, 2015).

Cabo-Verde é um arquipélago de origem vulcânica com poucos recursos minerais, energéticos e terras aráveis, cuja migração internacional constitui alternativa de vida e tradição de suas populações desde a época colonial (Fernandes, 2002). Seus cidadãos migram por diversas razões: no período colonial, os cabo-verdianos fugiam dos trabalhos forçados, da repressão coloniais ou das secas prolongadas. Após a independência do país, seus cidadãos passaram a migrar por conta das condições socioeconômicas desfavoráveis, bem como em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Historicamente, a migração laboral, socioeconômica ou mesmo estudantil são similares, consideradas uma realidade tradicional comum às suas populações (Anjos, 2006). Dependendo da conjuntura, algumas vezes, seus cidadãos têm que emigrar para se sentirem cabo-verdianos. Desse modo, famílias inteiras migram para diferentes destinos internacionais, ficando apenas um integrante no arquipélago.

Já São-Tomé e Príncipe, Estado insular localizado na costa Ocidental africana, também é banhado pelo Oceano Atlântico. Apresenta o terceiro maior contingente de estudantes em Fortaleza. Uma das razões para este quantitativo se deve ao fato desse estado não possuir, até bem pouco tempo, nenhuma IES pública no país. De fato, somente em agosto do ano de 2014 foi instaurada a primeira universidade pública no país que, até então contava apenas com um instituto superior politécnico. Por sua vez, Angola, mesmo sendo o país africano lusófono com maiores ligações históricas e culturais com o Brasil e se localizar,

geograficamente próximo, na costa Ocidental do continente africano, tendo como fronteira marítima o Oceano Atlântico, apresenta poucos estudantes em Fortaleza. Uma das razões é o fato deste estado africano ter como parceiros tradicionais de cooperação, na área da educação, países europeus, com ligações históricas, econômicas e políticas, como são os casos de Portugal e dos Estados da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), particularmente a Rússia (Langa, 2017).

No tocante a Moçambique, país banhado pelo Oceano Índico e localizado na costa Oriental africana, apresenta a maior distância geográfica em relação ao Brasil dentre os PALOP, tendo por isso um contingente restrito de estudantes em Fortaleza. Além disso, os estudantes moçambicanos têm como referências tradicionais de cooperação na área de educação, países como África do Sul e Portugal, valorizando mais o envio de seus estudantes para países europeus e asiáticos que falam a língua inglesa, visto fazer fronteira somente com países africanos anglófonos. Outra razão do menor quantitativo de estudantes moçambicanos no Brasil é o fato do governo desse país ter optado por enviar para o exterior, somente, estudantes para cursar pós-graduação (Langa, 2017).

Já na cidade de Fortaleza, nas IES públicas e privadas, os africanos enfrentam dificuldades de inserção, não existindo um programa institucional de acolhida aos estudantes estrangeiros. No ano 2012, havia um projeto intitulado “*Projeto de Apoio ao Intercambista (PAI)*” vinculado, a uma unidade acadêmica da UFC no campus do Benfica, a partir do qual, alunos brasileiros eram incentivados a “apadrinhar” alunos estrangeiros<sup>5</sup>. O Projeto possuía uma página na rede social *Facebook* denominada “Projeto de Apoio ao Intercambista (PAI-UFC) – Comunidade”. Nessa página no *Facebook*, incentivava-se a acolhida de estudantes estrangeiros intercambistas, para a sua adaptação e melhor inserção na Universidade.

---

5 O Projeto de Apoio ao Intercambista (PAI) é vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado (FEAAC) da UFC. Foi criado no ano 2010 e é realizado em parceria com a Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) da UFC desde 2012. O objetivo do PAI é auxiliar, integrar e orientar estudantes de mobilidade acadêmica internacional na UFC nos seus primeiros momentos em Fortaleza e na Universidade. Em contrapartida, o PAI proporciona aos estudantes da UFC a troca de experiências culturais e acadêmicas. Todos os anos, o PAI seleciona estudantes voluntários dos campi de Fortaleza interessados em atuar como padrinhos de alunos estrangeiros, que semestralmente realizam intercâmbio acadêmico na UFC. Assim, cabe ao padrinho “fornecer suporte e informações acerca da UFC e de Fortaleza, recebendo-o no aeroporto, auxiliando-o com os trâmites de documentação e demais eventuais necessidades”. Entretanto, “o padrinho não é obrigado a hospedar o estudante estrangeiro, ficando claro que a escolha da moradia é feita pelo intercambista. No entanto, pode ajudá-lo a encontrar uma moradia”. Nos anos 2012 e 2013, as inscrições para participar como padrinho no PAI eram feitas através do blog: <https://paiufc.wordpress.com/>. A seleção era feita em duas etapas: análise curricular e entrevista. Estas informações coletadas no site da UFC, no seguinte endereço: [http://www.feaac.ufc.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=470&Itemid=26](http://www.feaac.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=470&Itemid=26), capturadas no dia 22 de fevereiro de 2016.

Nas fotografias postadas, bem como nos depoimentos que divulgavam as experiências nesta página virtual, viam-se somente estudantes europeus, norteamericanos, asiáticos e sulamericanos em piqueniques, estádios de futebol e outros lugares, a beneficiarem-se de acompanhamento de seus colegas brasileiros. Havia uma ausência de estudantes africanos nas imagens e depoimentos, que eram constantes da referida página. No PAI, para além das atividades recreativas, também eram organizados outros eventos, como feiras de cultura internacional, palestras acerca de oportunidades de intercâmbio na UFC, exposições, cinema cultural, momentos de interação etc.

Os intercambistas africanos não integravam o referido *Projeto*, assim como não eram apadrinhados pelos alunos brasileiros. Ainda que alguns estudantes africanos “seguissem”, “curtissem” e “gostassem” dessa página no *Facebook*, não se tinham notícias, fotografias, depoimentos ou postagens de alunos oriundos de países africanos que participassem do Projeto, de suas atividades ou, mesmo, da página existente nessa rede social virtual<sup>6</sup>. Uma característica das fotografias é a presença de pessoas de cor mais clara ou, consideradas brancas, ainda que apareça uma estudante brasileira “morena”. Assim, quando comparada com a integração de alunos de outros países e continentes, a inserção dos estudantes africanos é sempre diferente, constituindo a experiência mais “pobre” em termos de interação com a sociedade e a comunidade estudantil brasileiras, sendo alvo de rejeição e até de discriminação.

---

## RAÍZES HISTÓRICAS DO RACISMO INSTITUCIONAL NO CEARÁ

A negação da existência de um contingente significativo de africanos e de afrodescendentes escravizados, a invisibilização da escravidão racial desses sujeitos, como também a discriminação e o racismo institucional contra as populações negras e afrodescendentes têm raízes históricas profundas no Ceará<sup>7</sup>. Nesse contexto, a influência, a contribuição e a participação política,

---

6 A referida página pode ser encontrada no domínio da rede social virtual *Facebook*: [https://www.facebook.com/pai.ufc/photos\\_stream](https://www.facebook.com/pai.ufc/photos_stream).

7 Destaca-se o episódio de discriminação racial em Fortaleza ocorrido em 26 de agosto de 2013, quando um grupo de 50 médicos cearenses liderados pelo Sindicato dos Médicos do Ceará (SIMEC), dirigiram-se ao Aeroporto Internacional da cidade para manifestações contra a contratação e a presença de médicos estrangeiros neste Estado, tendo hostilizado e discriminado racialmente 79 médicos cubanos, parte deles negros, de um grupo de 96 médicos estrangeiros que desembarcaram em Fortaleza, no âmbito do Programa do Governo Brasileiro “Mais Médicos”. Com apitos, vaias e ofensas raciais, os médicos cubanos foram recebidos aos gritos de: “escravos, escravos”. No início da noite do mesmo dia, o mesmo grupo de médicos cearenses se dirigiu à Escola de Saúde Pública do Ceará onde decorria a solenidade de acolhimento dos médicos estrangeiros e montaram uma barreira humana barulhenta com cartazes, apitos, altifalantes, faixas e aos gritos de “escravos, escravos” contra os médicos cubanos.

econômica, social e cultural dos africanos escravizados e das populações negras e afrodescendentes na História desse Estado têm sido negadas ou minimizadas na historiografia (Mendes, 2012).

De acordo com Ratts (2011), a historiografia oficial, escrita a partir de documentos, descrições e relatórios deixados por autoridades, historiadores, intelectuais e políticos cearenses acerca dos processos de escravidão racial, percebem-se relatos, obras e versões que enfatizam a benevolência das autoridades, dos abolicionistas, dos fazendeiros, dos senhores de escravos, famílias escravocratas, políticos e outros figuras ligadas à escravidão no Estado. Estes escritos ignoram as realidades socioeconômicas da população negra e da região que mostravam sinais de esgotamento e insustentabilidade social do sistema escravista nesta região.

“Na segunda metade do século XX, era comum ler nos livros regionais e também escutar em casa, no colégio e na faculdade que “no Ceará não havia negros”, ou, pelo menos, muitos negros, “nem índios”. Dizia-se que o cearense era uma mistura de branco e índio, ou seja, a figura do caboclo da nossa fábula das três raças. Em meados dos anos 1980 surge o movimento negro cearense, mais precisamente em 1982 com a criação da seção cearense do Grupo de União e Consciência Negra. Algumas comunidades negras rurais, a exemplo de Conceição dos Caetano e Água Preta, tornaram-se conhecidas principalmente no centenário da abolição da escravidão, em 1988.” (Ratts, 2011, p. 20-21).

Essa perspectiva historiográfica de negação ou minimização da presença negra perdurou ao longo dos tempos, durante décadas, e transitou o século XIX e XX, tornando-se, na visão, percepção oficial e hegemônica sobre a escravidão de africanos e negros no Ceará.

“A capitania cearense não utilizou a mão-de-obra africana nos primórdios de seu povoamento, em virtude de uma conjuntura econômica em formação que se servia da escravidão dos «negros da terra», pois o indígena e seus descendentes, servindo como escravo, agregado ou aldeado, foi a mão-de-obra dominante na Capitania durante o período colonial.” (Silva, 1987, p. 141).

Muitas das vezes, estas fontes históricas e historiográficas são utilizadas para negar a existência de preconceito e discriminação racial no Estado, ou até mesmo para justificá-lo, em casos de discriminação racial contra essas populações. Uma das poucas referências históricas à população negra e seu contributo no Ceará é a figura do “Dragão do Mar”, nome com que ficou conhecido, na História oficial do Estado, o jangadeiro negro Francisco José do Nascimento, o “Chico da Matilde”, que no século XIX se recusou a embarcar e transportar na sua jangada-negros oriundos de África que iam desembarcar do navio negreiro – para o cais, mais uma leva de africanos que iam ser escravizados no território cearense.

Francisco José do Nascimento (1839-1914), o Chico da Matilde, mais conhecido como “Dragão do Mar”, líder negro abolicionista e dos jangadeiros nas lutas abolicionistas, nasceu em 15 de abril de 1839, em Canoa Quebrada, no litoral cearense. Foi criado apenas pela sua mãe, Maria Matilde da Conceição, frente a muitas dificuldades, pois, seu pai Francisco José do Nascimento havia falecido nos seringais da Amazônia. Cedo, “Chico da Matilde” se envolveu na vida do mar, tendo trabalhado como “moço de recados” em um veleiro. Aos 20 anos de idade, aprendeu a ler. Em 1959, trabalhou nas obras do Porto de Fortaleza e como marinheiro em um navio que fazia a linha Maranhão-Fortaleza. Em 1874, foi nomeado prático da Capitania dos Portos, convivendo com o drama do tráfico de escravos, até se envolver na revolta contra o sistema escravista no litoral cearense<sup>8</sup>.

Ao se recusar desembarcar mais negros africanos e promover essa causa entre os outros jangadeiros, Dragão do Mar entrou para a história do Brasil e alavancou a abolição da escravidão ao impedir o comércio de escravos nas praias do Ceará. Em outras ocasiões, este líder negro fechou o Porto de Fortaleza impedindo o embarque de escravos do Ceará para outras províncias, bem como vigiava a costa de Fortaleza e quando localizasse alguma embarcação entrando no Porto, conduzia a sua jangada até lá e informava o fim do comércio de escravos no Ceará.

---

## **INSERÇÃO URBANA EM FORTALEZA: ALUGAM-SE QUITINETES, MAS NÃO PARA AFRICANOS!**

A cidade de Fortaleza se configura como uma metrópole segregada nos seus diferentes espaços, cuja marca principal é o prestígio de alguns bairros e o estigma de outros<sup>9</sup>. Nesse cenário de segregação espacial urbana, os bairros nobres se apresentam extremamente valorizados, quer no nível imobiliário, quer no social. Nesses bairros, concentram-se as classes médias e altas da sociedade em grandes e luxuosos condomínios fechados, constituindo autênticas fortalezas.

Por outro lado, os bairros localizados nas periferias da cidade são pouco urbanizados, dispendo de precárias infraestruturas de saneamento de

---

8 Para mais informações sobre a trajetória de Dragão do Mar, cf. a página de Canoa Quebrada no domínio: <<http://www.canoabrasil.com/dragao-do-mar.html>>.

9 No contexto de segregação e violência urbanas na cidade de Fortaleza e da própria sociedade brasileira, cabe destacar a existência de hierarquias e dicotomias nos discursos dos indivíduos nos quais distinguem-se: “cidadãos/pessoas do bem vs bandidos”; “trabalhador vs vagabundo”; “bairros nobres vs bairros problemáticos”; “pessoas que devem viver vs pessoas a serem exterminadas”; “humano vs animal”; “bandido bom vs bandido morto”; “jovem vs piranguero”, entre outras categorias.

água e esgoto, assim como de serviços públicos, como iluminação, bancos, lotéricas, hospitais, maternidades, postos de saúde, delegacias de polícia. São estigmatizados, com má fama, considerados perigosos pela imprensa e programas policiais televisivos. Essa característica decorre do ritmo acelerado de crescimento dos centros urbanos, do descaso das autoridades legais municipais e estaduais e da ausência de segurança que se sente nesses bairros, por conta de assaltos, roubos, violência, homicídios e tráfico de drogas. Para este estigma de áreas perigosas, classificadas como “áreas de risco”, em muito contribuem os “programas policiais”, transmitidos em quase todos os canais televisivos do Estado do Ceará<sup>10</sup>.

Os programas televisivos policiais mostram a face negativa dos bairros e da própria cidade e Estado, configuradas em distintas formas de violência: roubos, furtos, acidentes de trabalho e de trânsito, violência doméstica, fuga de presídios e de instituições que abrigam menores infratores ou em conflito com a lei, crimes violentos, estupro, assaltos com recurso à armas brancas e à mão armada, sequestros, assassinatos, tráfico de drogas, locais de desmanche e desova de carros e motos etc. Estes casos que acontecem no Centro, na periferia e na região metropolitana das grandes cidades e suas adjacências, assim como em bairros “ricos” e “pobres”, nos condomínios fechados e nas comunidades, nas classes baixas, médias e altas, mostram a dimensão difusa da violência urbana, no trânsito, policial, racial, conjugal, de gênero, etc (Barreira, 2015).

Entre estes dois extremos nas representações de lugares de Fortaleza, existem, entretanto, os bairros considerados “medianos”, muitos deles localizados na região central da cidade. Estes bairros vão-se valorizando no mercado imobiliário, pois são de fácil acesso, com várias linhas de ônibus circulando entre as suas artérias e, também, contam com infraestruturas sociais de relativa qualidade, como hospitais, delegacias de polícia e serviços de água e esgoto, serviços bancários, entre outros. É nesses bairros medianos que reside a maior parte dos estudantes africanos, congregando indivíduos de praticamente todas as nacionalidades desse continente existentes nesta cidade.

Um dos grandes desafios da comunidade africana residente em Fortaleza é o aluguel de imóveis para morar, sejam eles apartamentos, casas, quitinetes ou somente quartos. Os estudantes e os imigrantes africanos residem nesses bairros considerados “centrais” e em alguns mais afastados do Centro que mesclam as classes médias com as classes populares, principalmente, porque ficam próximos das universidades e das faculdades privadas onde estão matriculados. Estes bairros são habitados por dezenas, senão centenas de africanos, por conta

---

10 No ano de 2016, Langa (2016) calculou que quando somados todos os programas policiais televisivos – *Barra Pesada, Cidade Alerta, Cidade 190, Rota 22, Vira e Mexe* – e suas reprises que são transmitidas diariamente nas TVs abertas do Ceará – *TV Verdes Mares, TV Jangadeiro, TV Cidade, TV Diário, Nordeste TV, TV O Povo* – e suas matrizes, localizadas no Sudeste do Brasil, os Programas totalizavam cerca de 14h por dia de transmissão desse conteúdo para a população cearense, particularmente ao meio-dia, das 12h às 14h, e no início da noite, das 17h às 19h.

dos campi universitários aí localizados.

Os africanos escolhem como local de moradia, os bairros mais próximos possíveis das faculdades, evitando grandes distâncias e gastos de locomoção com ônibus. Também escolhem locais de moradia em bairros e em ruas onde já residam outros africanos, de preferência do mesmo país de origem. Algumas ruas e avenidas e suas adjacentes localizada no Centro da cidade acolhem diversos “pedaços” africanos<sup>11</sup>.

Dentre elas, destacam-se a rua Padre Mororó no Centro da Cidade e a Avenida Marechal Deodoro, localizada no bairro Benfica, onde um único edifício concentrava mais de 30 estudantes bissau-guineenses e alguns cabo-verdianos, constituindo-se em uma “colônia africana”<sup>12</sup>. Outros bairros concentram dezenas de estudantes africanos, ora dispersos, ora muito próximos, conforme suas afinidades nacionais, de amizade, de etnia e de parentesco, dentre outros elementos de identificação, como conforme a localização e proximidade às IES onde estão matriculados. Duas estudantes bissau-guineenses apontam suas razões, opções e critérios de escolha dos locais de moradia:

“Eu mudei de casa... não sei não, muitas vezes. Estou aqui no Brasil há 4 anos. Eu mudei de casa muitas vezes por vários problemas é.., tipo morar com uma pessoa e não deu certo, ter que morar com.., guineenses mesmo. Da outra vez tive que me mudar para morar mais próximo da faculdade e, aí depois voltei no Centro, num lugar estratégico que tanto faz, que dista há uns 20 minutos da faculdade, aí eu fiquei ali mesmo, porque é perto de tudo. Vou à escola de ônibus. Depende, de ônibus ou de carro. [Estudante bissau-guineense cursando faculdade particular.” Entrevista gravada em 17/03/2013].

Esta estudante, que mora sozinha, aponta, como razões para mudanças de residência dificuldades de convivência com suas conterrâneas e busca por uma casa localizada próxima à faculdade onde estudava e que passassem linhas de ônibus. As duas últimas condições facilitariam a mobilidade urbana. Já no depoimento seguinte, outra estudante bissau-guineense que também morava sozinha apontava as condições físicas e de conservação dos imóveis e o alto preço do aluguel como razões para as sucessivas mudanças de residência:

---

11 *Pedaço* é uma categoria de análise proposta por Magnani (2005) para analisar *os circuitos dos jovens urbanos* que, designa o espaço intermediário entre o privado (casa) e o público, onde se desenrola uma sociabilidade básica mais ampla do que a dos laços familiares, ao mesmo tempo que mais densa, significativa e estável do que as relações formais, individualizadas e impessoais impostas pela sociedade. Assim, o *pedaço* está mais ligado a dinâmica do grupo que se identifica com ele, que podem trocá-lo por outro espaço como ponto de referência ou lugar de encontro.

12 *Colônia africana* constitui uma categoria utilizada pelo pesquisador e autor desta pesquisa para nomear locais com alta concentração de sujeitos africanos morando num mesmo lugar, normalmente, num edifício, prédio, rua ou avenida, com mais de 30 indivíduos.

“Desde que cheguei aqui no Brasil, eu mudei de casa três vezes. Mudei de casas essas três vezes, às vezes por causa das condições, que casa é cara, eu vou procurando as mais baratas para poder sobreviver. Eu morei com duas meninas, agora estou só. Eu morei com elas durante um ano no outro local, perto do Bar Pitombeira. Aqui eu moro sozinha. Eu moro aqui há quase dois anos. Minha quitinete tem três cômodos: quarto, cozinha e banheiro, bastante pequena e quente. Eu pago 250 reais de aluguel. [Estudante bissau-guineense cursando faculdade particular, residente há cerca de quatro anos.” Entrevista gravada em 19/03/201].

Os depoimentos supracitados apontam distintas razões para mudanças de local de residência dos estudantes africanos que moram na cidade de Fortaleza. As dificuldades em alugar imóveis, o alto preço dos aluguéis, as condições de conservação dos imóveis, a localização “estratégica”, a proximidade às IES e as situações de preconceito e discriminação racial têm contribuído para a sua dispersão pela cidade. Recentemente, muitos passaram a alojar-se em bairros mais periféricos. Em seguida, o relato de estudantes bissau-guineenses desembarcados em Fortaleza entre os anos 2008 e 2009, com contratos para estudar em uma faculdade particular, mostra a saga para conseguir alugar imóveis para morar:

“Esperávamos desembarcar em Fortaleza e sermos acolhidos pelas faculdades que nos distribuiriam entre os alojamentos disponíveis, formando grupos de 6 pessoas. Porém, a realidade foi bem diferente da que foi divulgada, pois não havia a casa/república de estudantes. A residência prometida não pertence às faculdades e o que foi colocado no mapa trata-se de um condomínio particular. Então, tivemos que resolver por conta própria a busca e identificação de imóveis para alugar, de acordo com nossos recursos. Acabamos nos auto-organizando e formando pequenos grupos para resolvermos a questão da moradia. Como a maioria desses grupos tinha menos do que 6 pessoas como simulava a planilha, as despesas ficaram com valores mais elevados. Na medida em que localizávamos algum imóvel, vinha outro desafio, cumprir com as exigências burocráticas das imobiliárias para alugar, como providenciar documentação, conseguir fiador e pagar caução. Com isso, estamos morando espalhados e distantes das faculdades, gerando mais custos com transporte.” (MPEA. Relatório Situacional do Ingresso e Permanência de Jovens nas Faculdades FATENE e Evolução, 2011, p. 5-6).

Esse grupo de estudantes sentiu-se enganado por duas faculdades fortalezenses que havia prometido alojá-los em residências universitárias ou repúblicas, com facilidades de pagamentos dos aluguéis. Entretanto, chegados à Fortaleza, os africanos se deparam com outra realidade: um mercado imobiliário burocrático, exigente e nos moldes capitalistas que, além da documentação pessoal, exige



fiador, caução e valores altos dos aluguéis.

Assim, na análise do cotidiano dos africanos residentes em Fortaleza, cabe destacar que estes sujeitos têm sido vítimas da especulação imobiliária. Por outro lado, as condições físicas dos apartamentos e quitinetes e a sua localização são outros desafios enfrentados pelos africanos. Geralmente as quitinetes disponíveis para esses sujeitos são pequenas, bastante quentes e úmidas, muitas vezes em péssimo estado de conservação. Por isso, esses sujeitos ficam sujeitos a grande mobilidade entre os bairros de Fortaleza, como também apresentam históricos de diversas mudanças de residência ao longo dos anos. Verifica-se uma alta rotatividade nas quitinetes, nas casas e nos apartamentos por estes alugados. Um estudante cabo-verdiano explica as razões de suas diversas mudanças de residência, assim como o trânsito por diferentes bairros da cidade de Fortaleza:

“Eu mudei de casa, vou contar aqui... Papicu, Água Fria, aí Benfica. Benfica um, dois, três, quatro, cinco, pronto. Já mudei de casa setes vezes desde que eu estou aqui no Brasil. Olha, a minha primeira mudança foi porque eu morava no Papicu, eu realmente não gostava do bairro. Ficava muito longe, aí e... outras coisas assim. Eu vim morar com pessoas que eu não conhecia, depois de um tempo, o relacionamento não estava legal. Aí juntou uma série de coisas e eu resolvi sair. Fui para o bairro Água Fria, foi uma coisa momentânea, eu estava procurando um apartamento aqui no Benfica, aí eu fiquei lá na casa de uns amigos. Saí porque eu já tinha encontrado um lugar aqui. Aí Água Fria era muito longe. Aqui no Benfica, mudei de casa várias vezes. Por quê? Porque o contrato acabava, às vezes o aluguel aumentava. Passava um ano e já aumentava assim, começava..., não dava pro bolso, né. Acho que esses fatores, geralmente é o aluguel, às vezes o próprio proprietário não quer renovar mais. Mas a gente acaba morando em lugares que a gente não costuma gostar, que não são confortáveis. A gente faz um esforço de...é aguentar. Isso acontece agora onde eu tô agora. Não gosto de morar lá, não gosto. É quente, é húmido, é pequeno demais. Ainda mais, tenho uma namorada, eu me incomodo quando ela vai lá, aquela coisa apertada. [Estudante cabo-verdiano cursando universidade pública, residente em Fortaleza há cerca de oito anos.” Entrevista gravada em 25/09/2013].

Aliado a esse cenário de dificuldades, está a localização de muitos imóveis que, embora estejam disponíveis para alugar, situam-se em bairros e ruas pouco iluminados, onde a sensação de insegurança é maior e, o policiamento é deficitário; condições estas que facilitam a ocorrência de assaltos e roubos nas vias públicas e, até mesmo, nas residências dos indivíduos. Este imigrante togolês relata o assalto sofrido em uma das vias públicas, cerca das 19h, quando voltava para casa:

“Eu acabo de ser assaltado, foi umas 9h da noite. Eu tava andando e... é porque eu vacilei, eu tava com telefone na mão né, eles chegaram aí: - passa o celular... e eu fiquei surpreso, não tava esperando. Eles disseram: -passa o celular. E eu disse: - ah? Um deles disse passa o celular e outro desceu da moto. Aí tipo, eu tinha uma garrafa de água na mão, aí eu olhei e joguei na cara dele [risos]. O telefone caiu e foi uma confusão toda. Aí eles pegaram e subiram na moto. Aí fui comprar outro no Shopping Benfica. [Estudante togolês cursando universidade pública, residente há cerca de quatro anos na cidade de Fortaleza.” Entrevista gravada em 28/03/2014].

Nesse contexto, as dificuldades em alugar imóveis por conta de preconceito racial, assim como o custo alto dos aluguéis e do custo de vida, faz com que os africanos mudem de casa constantemente em busca de imóveis mais baratos e de locatários e imobiliárias mais sensíveis à sua condição econômico-financeira.

O preconceito, a discriminação e as dificuldades econômico-financeiras no cotidiano, fazem com que imigrantes de um mesmo país ou até de nações diferentes passem a dividir e partilhar a quitinetes, casas ou apartamentos, gerando trocas multiculturais, de conhecimentos, de modos de ser e de estar na diáspora. Entretanto, este compartilhamento também gera conflitos de *habitus* (Bourdieu, 2003). Na sua ótica, *habitus* constitui um:

“sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, e gerador de estratégias que podem estar objetivamente em conformidade com os interesses objetivos dos seus autores, sem terem sido expressamente concebidos para esse fim.” (Bourdieu, 2003, p. 125).

A convivência na diáspora gera união e partilha entre distintos imigrantes para uma melhor sobrevivência e redução de gastos, ao mesmo tempo em que faz desaparecer as divisões e as identificações etnolinguísticas, etnicorraciais e mesmo as distinções religiosas existentes nas sociedades africanas. Assim, somente na diáspora é possível encontrar *badios* e *sampadjudos* de Cabo-Verde ignorando as distinções raciais; *balantas*, *mandingas* e *pepels* da Guiné-Bissau deixando de lado as diferenças etnolinguísticas; muçulmanos e cristãos de Moçambique abandonando diferenças religiosas; *forros*, *angolares* e *tongas* de São-Tomé e Príncipe passando ao lado de diferenças de origem, convivendo e dividindo voluntariamente o mesmo apartamento ou quitinete, partilhando a mesma cozinha, pratos culinários. Enfim, partilhando da mesma visão de mundo.

Esta experiência da diáspora africana na cidade de Fortaleza enfrenta como desafios o preconceito, a discriminação racial e a convivência multicultural entre indivíduos de um mesmo país oriundos de regiões, províncias, etnias, classes

sociais e religiões distintas ou mesmo de nações diferentes. Essa realidade faz com que os africanos ganhem consciência racial e se interpelem sobre o seu lugar de enquanto africanos, negros e estrangeiros no Brasil. As interpelações raciais levam muitos a sair de suas zonas de conforto, a compreender e aceitar a existência de desigualdades etnicorraciais e etnolinguísticas nos seus países de origem. Um fato precisa ser devidamente destacado: africanos encontram diversas dificuldades para conseguir alugar um apartamento, casa ou *quitinete*. Além das situações de desconfiança e discriminação racial, os estudantes imigrantes africanos se deparam com preços altos praticados por proprietários dos imóveis e pelas imobiliárias.

---

## O MERCADO IMOBILIÁRIO DIANTE DA ALTERIDADE RACIAL E CULTURAL

Para a celebração do contrato de aluguel do imóvel, geralmente, os locatários e, principalmente, as imobiliárias exigem ao inquilino um fiador, que deve apresentar, como garantia, uma cópia autenticada do registro ou da matrícula de um imóvel em seu nome na cidade de Fortaleza, bem como cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e comprovante de residência em Fortaleza.

Quando se trata de um inquilino de origem africana, contudo, ainda se exige Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), cópia do passaporte, comprovante de renda, comprovante de que reside em Fortaleza, uma caução antecipada de três meses do valor de aluguel, um fiador de nacionalidade brasileira e uma carta deste responsabilizando caso aconteça algum imprevisto. Na realidade, a maioria dos proprietários de imóveis e empresas imobiliárias não alugam seus imóveis para africanos, motivados pela desconfiança de que estes não possuam dinheiro suficiente e, sobretudo, por preconceito racial, em uma atitude discriminatória (Langa, 2016).

Outros locatários dizem frontalmente que não alugam para africanos e não justificam os motivos. Outros ainda argumentam, como justificativa para a recusa do aluguel, a afirmativa de que: “os africanos são festeiros e baderneiros”, que “falam muito alto na vossa língua e assustam os brasileiros”, que “superlotam os imóveis”, nos quais, onde “deveriam morar dois, moram cinco”, que “danificam o imóvel” e, ademais, “atrasam no pagamento do aluguel”.

A rigor, quando muitos africanos ligam, via telefone, para saber de um imóvel disponível para aluguel, muitos locatários de imóveis percebem a voz e o sotaque “diferentes” dos imigrantes e, logo em seguida, afirmam que: “– os imóveis estão todos alugados”; ou que “– o antigo inquilino ainda não liberou o imóvel” e outros ainda inflacionam o preço real do aluguel até três vezes ou

mais o valor real, tentando dissuadir os africanos do contrato. Os mais honestos dizem simplesmente que não alugam para os africanos e explicam os motivos.

Em meio a este mar de rejeições, alguns locatários e proprietários, entretanto, se especializaram em “lidar” e alugar seus imóveis para africanos e outros imigrantes de países pobres. Neste grupo, enquadram-se aqueles locatários que alugam seus imóveis a preços abaixo da concorrência, ou seja, a R\$250 (duzentos e cinquenta reais) e R\$300 (trezentos e cinquenta reais), quando a média de preço de uma *quitinete* em “boas condições” varia entre R\$500 (quinhentos reais) a R\$700 (setecentos reais), valores esses referentes à época, no ano de 2015. Estes proprietários alugam quitinetes pequeníssimas, verdadeiros quatinhos, pombais, e outros espaços “baratos”, geralmente bastante quentes e mal ventilados, apresentando banheiros em muito mau estado de conservação, sem azulejos ou *parquet*, ou danificados, com problemas nas fiações elétricas, com infiltração ou vazamentos de água pelas paredes, ou espaços necessitando de obras de manutenção há vários anos.

Os imigrantes-estudantes africanos encontram maiores dificuldades em se inserir no espaço urbano, nas universidades e em alugar imóveis na cidade, quando comparados com imigrantes-estudantes de outros países e continentes. São racializados e ocupam o último lugar na hierarquia de preferências dos locatários e imobiliárias. Daí o seu nomadismo e dispersão pela cidade. Quando encontram algum locatário ou imobiliária mais aberta a firmar contrato de aluguel, a notícia se espalha e formam-se pequenas colônias e pedaços africanos na cidade.

---

## A COLÔNIA AFRICANA: UMA DESCRIÇÃO DENSA DOS MODOS DE VIDA

Na continuidade da narrativa da saga da migração africana em Fortaleza, faz-se, aqui, a descrição da principal colônia africana no bairro Benfica, localizada em um edifício na Avenida Marechal Deodoro que chegou a albergar, entre os anos 2010 e 2013, mais de 30 africanos, alguns cabo-verdianos e menos de uma dezena de cidadãos brasileiros. O pesquisador frequentou este edifício durante vários anos, tendo realizado parte das entrevistas com interlocutores africanos moradores do prédio. Esta descrição densa, microssociológica, das interações na “colônia africana” se refere ao período e contexto social vivenciado nesse edifício entre os anos 2010 e 2013. Esta “colônia” africana constitui uma referência em termos de campo, um espaço microssociológico de observação do cotidiano e das interações face-a-face da diáspora africana. No ano de 2016, quando desta pesquisa, não se encontrava mais a mesma realidade, por conta da dispersão dos africanos pelos diferentes bairros da cidade de Fortaleza.

O prédio da Dona Flora<sup>13</sup> era um edifício comprido de cerca de 20 metros de comprimentos de frente por 50 metros de largura de lado com dois andares e três pisos e cerca de 20 apartamentos. Logo na entrada, possuía uma garagem com espaço para dois carros pequenos. Dona Flora é uma senhora de estatura média, com mais de 50 anos de idade. Era dona deste edifício de quitinetes. A maioria das quitinetes ocupava um restrito espaço, sendo constituídas por dois quartos pequenos, cozinha, banheiro e um pequeno corredor que mal cabia um sofá. Outras quitinetes tinham apenas um quarto, cozinha e banheiro. Havia duas *suítes* maiores com cozinha ampla e uma pequena sala. Os quartos localizados no térreo eram escuros, quentes, úmidos, mal ventilados e com muitos mosquitos. Quase não entrava sol ou vento nas quitinetes por conta das paredes laterais de outros edifícios que cercam o prédio, que ficam há menos de dois metros. Já os quartos no primeiro andar, somente aqueles localizados no lado esquerdo – da sombra – eram frescos e bem ventilados.

Portas e janelas ficavam sempre abertas durante o dia de modo a arejar e a ventilar os cômodos, por conta do sol e do calor. No verão, a temperatura atingia os 40° *celsius*, entre as doze e quatorze horas. Entretanto, à noite, era a vez dos mosquitos fazerem a festa, tal era a infestação destes insetos. Já as quitinetes localizadas no lado direito – do sol – eram muito quentes e ensolaradas a maior parte do dia. Para diminuir os efeitos do sol e do calor, os moradores molhavam toalhas e panos com água fria e penduravam nas janelas, deixando o ambiente mais ameno. Era constante a falta de água no prédio por cauda de avarias da bomba de água, devido aos cortes pela empresa Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). Para além da água fornecida pela Cagece, o edifício possuía um poço próprio de água.

No térreo, ficava localizado o único tanque para a lavagem de roupa. Havia uma verdadeira disputa para lavar roupa. Alguns inquilinos deixavam a roupa de molho no tanque, gerando conflitos. A confusão era tão grande que se chegou ao ponto de fazer uma escala com os dias e as horas para a lavagem de roupa. Depois de lavada, cada um levava a sua roupa à quitinete e inventava um varal, seja dentro de casa ou nos corredores fora de casa, mas sempre bem pertinho de sua porta, pois, havia roubo de roupas.

O lixo nos corredores era outro problema entre inquilinos. Quando faziam limpeza dentro de suas quitinetes, alguns inquilinos simplesmente jogavam o lixo nos corredores. Outros jogavam no chão dos corredores embalagens de bolachas, biscoitos e outros lanches rápidos, sem contar com as tradicionais beatas, bitucas e pontas de cigarros jogadas no chão. Dona Flora cansou de fazer visitas surpresas, reuniões e ameaças de despejo por conta do lixo, bem como da ocupação indevida dos corredores com cadeiras, sofás e de outras situações conflituosas, acabando por colocar avisos nas paredes até se cansar.

---

13 Utiliza-se, aqui, um nome fictício, de modo a proteger a identidade desta locatária e dona de diversos edifícios, casas, apartamentos e quitinetes espalhados pelo bairro Benfica.

Nos últimos anos, dona Flora quase não visitava mais o edifício, mas encontrou uma solução: alugou uma quitinete maior para uma mulher, sua familiar, que passou a administrar e gerir a “colônia”. Esta era dona de casa e vendia *din-din*, estando todo o dia em casa “de olho” nos africanos.

A partir do ano 2013, os portões do prédio passaram a ser trancados com cadeado durante o dia todo por conta de arrombamentos e roubos. No ano 2010, o aluguel de um quarto custava em média R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais no referido prédio. A locatária fechava o negócio na hora, sem muitas delongas: era “pegar ou largar” na hora, não havia muita conversa. Moravam nesse prédio africanos muçulmanos, católicos e evangélicos, assim como brasileiros e brasileiras brancos e negros, gays e heteros e afrodescendentes praticantes das religiões de matriz africana, todos oriundos das classes populares. Era comum encontrar mulheres africanas morando sozinhas em quitinetes individuais, quando geralmente elas dividiam apartamentos e quitinetes com outras mulheres ou homens de seus países de origem.

A convivência parecia “pacífica” entre os moradores. O pesquisador não se recorda de brigas entre os moradores, com a exceção dos casos de violência doméstica entre casais de africanos, brigas essas em que “ninguém metia a colher”, isto é, ninguém inteferia. A maioria dos africanos morava nas quitinetes localizadas no térreo e no lado direito do primeiro andar. Poucos ficavam no lado esquerdo, “da sombra”, e a maioria dos brasileiros ocupava quartos maiores e quase sempre no lado da sombra. Não sei o critério usado pela locatária do prédio para distribuir os africanos. Mas, percebi que o aluguel dos quartos mais ventilados, assim como as suítes, custava mais caro. Tal como muitos edifícios de moradia da cidade de Fortaleza, o prédio da dona Flora não tinha varandas.

O edifício é marrom-escuro com as paredes chapiscadas de cimento, tornando as paredes externas ásperas e, ao mesmo tempo, protegendo-o, de modo que não precisasse de azulejos nas paredes, como são adornados muitos dos novos edifícios dos condomínios desta metrópole. Dona Flora é quem capitaneava as obras em seus edifícios, fazendo o papel de arquiteta, engenheira civil e mestre-de-obras dos edifícios que mandava construir e reformar para transformar em quitinetes. Era ela quem decidia por onde deveria passar a fiação elétrica ou tubulação de água, bem como onde poderia abrir janelas etc. As reformas e as substituições de peças eram caracterizadas pelo baixo investimento, uso de materiais de construção, de iluminação e canalização de fraca qualidade, bem como de vasos sanitários, pias, registros, torneiras, portas, janelas e fechaduras usadas de “segunda mão”.

Dona Flora chegou a colocar o prédio à venda no ano 2013, dizendo estar cansada dos problemas e das despesas geradas pelo prédio, que não dava mais lucro. Naquelas condições de conservação do prédio, não tinha como aumentar o aluguel. Não apareceu ninguém interessado em comprar o edifício. Ela era tida como uma senhora muito boa e compreensiva para com aqueles que não

pagavam o aluguel, mas também era tida como exploradora, porque não fazia nenhum investimento nos quartos, como pintura, piso, rede mosquiteiras, banheiro, sistema elétrico etc. Dona Flora era dona de grande parte dos imóveis no Bairro Benfica e adjacentes. Diziam ter um namorado jovem que era um gigolô e que vivia às suas custas e a traía. Ela era convidada e participava das festas africanas, assim como do pré-carnaval na rua, comandado pelo “bloco da Cachorra Magra”, o bloco de carnaval daquela rua.

Nas quitinetes, havia pouca privacidade, suas paredes eram tão finas que não dá para dar um gemido gostoso, sem que o vizinho do lado ouvisse o barulho. Os quartos eram conjugados, possibilitando pouca privacidade aos seus moradores. Via de regra, o vizinho logo percebia pelo odor o que o outro cozinhava. Por conta da falta de privacidade, muito moradores africanos e brasileiros abandonavam o prédio pouco tempo depois de alugarem a quitinete, bem como por causa dos constantes pedidos de empréstimo de dinheiro, de produtos e utensílios domésticos. Era comum baterem à porta, a qualquer altura do dia, dos vizinhos, para pedir sal, açúcar, alho, óleo de cozinha ou mesmo para perguntar se tem bônus de créditos para chamadas e, em seguida, pedir emprestado o telefone celular para ligar para alguém. Ainda assim, com todos os seus defeitos a “colônia” constituía um bom lugar para morar, se comparados aos outros edifícios cujo número de brasileiros era maior, por conta do preconceito e discriminação raciais.

Normalmente, na hora do almoço e do jantar, predominava o odor à fritura, particularmente de peixe frito e dos temperos fortes usados pelos africanos, entre os quais, o azeite de dendê. Já do lado dos brasileiros, quase sempre cheirava à carne. A ausência de privacidade era tanta que havia sempre alguém sentado ou parado no portão de entrada. Todos ficavam sabendo o que o vizinho comprou pelas sacolas plásticas que trazia, durante a volta da feira ou das compras. Assim, era fácil adivinhar o nível de renda, o poder de compra e de consumo do vizinho, bem como onde fazia as compras, o que comprava, a marca de cerveja que bebia, se comprou sapatos novos, se recebeu dinheiro da família, se está de namorada ou paquera nova, entre outras informações de caráter pessoal.

Na colônia, as distinções étnicas, regionais, ou mesmo, partidárias, ainda vigentes nos países de origem desapareciam, não faziam mais sentido. O importante era colaborar para diminuir as dificuldades e as vulnerabilidades da vida. Dentre os africanos, todos entendiam o crioulo, língua falada em diversas regiões da África. Diferenças existentes mesmo, somente em relação aos brasileiros. A rotatividade de ocupação das quitinetes era mediana. Era difícil encontrar uma quitinete vazia por mais de uma semana. Normalmente, quando um morador se mudava, a quitinete já ficava reservada para algum africano ou brasileiro. Também havia muita mobilidade dentro do edifício: africanos e brasileiros trocavam de quitinete quando achavam que uma ou outra era melhor ou conforme suas afinidades nacionais e étnicas. Assim, era comum encontrar um pequeno grupo de brasileiros morando em quitinete seguidas uma das outras, o

mesmo acontecia com os africanos.

A presença desta colônia de africanos gerou diversas representações entre os brasileiros residentes nos prédios no entorno (Langa, 2016). Alguns se sentiam incomodados com a “quantidade de pretos” residindo próximo. Já outros, dentre as quais mulheres jovens, adultas e algumas “coroas” viam essa presença com bons olhos, pois, sentiam-se valorizadas pelos olhares e flertes dos africanos. Com a exceção da dona Flora e dois outros edifícios, ninguém mais alugava apartamentos ou quitinetes para africanos, com a desculpa de que esses sujeitos ou não tinham dinheiro, ou não pagavam aluguel ou danificavam os apartamentos. Entretanto, também havia dias ruins na colônia. Os dias ruins eram aqueles em que faltava água e seus moradores tinham que descer ao térreo com baldes para coletar água no poço para uso e consumo ou mesmo se deslocar à casa de amigos e familiares para tomar banho e satisfazer as necessidades biológicas.

No cotidiano, o volume alto com que os africanos escutavam música era motivo de descontentamento dos brasileiros, para além da fama de festeiros. O que mais irritava os brasileiros eram as músicas cantadas em crioulo da Guiné-Bissau ou de Cabo-Verde, que não eram compreendidas. Assim, todas as semanas, inquilinos brasileiros iam fazer queixas contra africanos à locatária do prédio. Contudo, quando os africanos organizavam festas na colônia, eles davam uma festa mesmo! As festas africanas marcavam e causavam estranhamento aos brasileiros. As reclamações eram ainda maiores e envolviam a Polícia. As festas iniciavam cerca das 14h de sábado e iam até meio-dia de Domingo, caracterizadas por som alto das músicas, grandes quantidades de bebidas alcoólicas e refrigerantes, muita paquera, beijo na boca, entres outros ingredientes.

Daí que, em quase todas as festas africanas, a Polícia do “Ronda do Quarteirão” aparecia, afirmando que a vizinhança se sentia incomodada com o barulho, pedindo para baixar o volume do som e parar com o barulho. Assim, a visita da Polícia era corriqueira durante as festas. A maioria das festas eram realizadas na garagem por ser o local com maior espaço livre, bem como por ser ventilada ao entardecer e à noite. Assim, para a sua realização, um inquilino do térreo “puxava” a energia de sua quitinete para a garagem através de um fio que alimentava o aparelho e as caixas de som. A colônia era um ponto de referência para os africanos residentes na cidade, bem como para aqueles que chegavam ao Estado, particularmente, para os bissau-guineense. Quase sempre havia caras novas, indivíduos recém-chegados ao Brasil que residiam na colônia por cerca de dois meses, enquanto iam tratando da documentação pessoal e se matriculando nas faculdades, até se acomodar direito e conseguirem outro lugar para morar. Assim, na colônia, era possível ver muitos dos hábitos e costumes das sociedades africanas, como o sentar de cócoras, os cabelos trançados em diversos estilos e roupas coloridas típicas do continente. Era ali onde se escutava o crioulo “puro”, ainda não contaminado pelas expressões do português brasileiro, mas também o português africanizado da Guiné-Bissau, como também um pouco do francês.



Normalmente, os estudantes bissau-guineenses moravam e conviviam em redes de parentesco, de amizade ou mesmo de conhecidos, para dividirem os gastos, as contas e melhor sobreviver. Quando moravam em quitinetes ou apartamentos com mais de dois quartos, era mais comum encontrar pessoas com laços e redes de solidariedade e ajuda mútua. Na hora do almoço, cozinhavam em uma panela grande para que a comida chegasse e saciasse a todos os residentes da casa. Assim, misturam o arroz ao molho, ou ao caldo, ao carril e juntavam-se todos no chão ao redor da mesma panela ou tigela com a comida. Comiam à mão ou com auxílio de colheres, tal como acontece em muitas sociedades africanas tradicionais ou rurais. Desse modo, a refeição constituía um momento de convívio e de aguçamento dos laços de fraternidade. Os bissau-guineenses são hospitaleiros em suas casas.

Quem os visita é obrigado a juntar-se às refeições, mesmo que a casa e os anfitriões sejam humildes e tenham pouco dinheiro ou comida. Quando chegava uma visita, servia suco com biscoitos arredondados, feitos de farinha trigo e manteiga. Quando chega a hora do almoço ou do jantar, recusar o convite soa como desfeita e estranhamento cultural. Entre os homens da colônia havia uma cultura do corpo, adquirida no Brasil. Havia uma academia improvisada na parte traseira do térreo do edifício: havia “ferros” para “malhar”, uns pesos rudimentares feito de uma barra de ferro cujas extremidades havia duas latas de leite em pó com cimento concretado e um pequeno e velho espelho em frente. Era ali que os homens se exercitavam e admiravam seus próprios músculos, cintura e as canelas. A rigor, ter a canela fina era sinônimo de ausência de masculinidade.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo mostrou os modos de vida dos imigrantes africanos na cidade de Fortaleza diante das dificuldades em alugar imóveis. Oriundos de países pobres que conquistaram as independências em 1975, passando por regimes ditatoriais e crises estruturais, os imigrantes viajam de África ao Brasil em busca de formação universitária. Seus modos de vida são reflexo do ambiente socioeconômico vivenciado, marcado por dificuldades financeiras e pelo preconceito e discriminação raciais em uma cidade cuja historiografia oficial ou nega a existência da escravidão ou minimiza sua prática e presença de comunidades negras. Por outro lado, seus modos de vida também refletem a influência e a presença das culturas de seus países de origem, particularmente na língua e nas vestimentas.

Para sobreviver e se deslocar na cidade, eles compartilham imóveis, carteirinhas estudantis e utensílios domésticos, de modo a diminuir os custos de aluguel e de transporte. A especulação imobiliária e a segregação urbana atingem estes

indivíduos que vão-se dispersando pela cidade em direção às periferias, por conta das dificuldades em alugar imóveis para morar e dos valores cobrados nos aluguéis. Mudam de casa diversas vezes ao longo de sua trajetória na diáspora, situação que atrapalha os estudos e o trabalho. A colônia africana constituiu a forma desses sujeitos driblarem as dificuldades cotidianas e manterem o espírito de união da comunidade diante da alteridade racial e cultural, ao morarem juntos um do outro.

---

## REFERÊNCIAS

ANJOS, José Carlos (2006). *Intelectuais, literatura e poder em Cabo-Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS.

APPADURAI, Arjun (2004). *Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias*. Trad. de Telma Costa. Lisboa: Teorema.

BARREIRA, César (2015). “Crueldade: a face inesperada da violência difusa”. *Revista Sociedade e Estado*. V. 30, nº 1, jan. /abr. p. 55-74, 2015.

BOURDIEU, Pierre (2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.

FERNANDES, Gabriel (2002). *A Diluição de África: uma interpretação da saga cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: EDUSFC.

LANGA, Ercílio (2017). “Migração Estudantil Internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro”. *Terceiro Milênio - Revista crítica de sociologia e política*, v. 8, p. 230-254.

\_\_\_\_\_ (2016). *Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

LANGA, Patrício (2013). *Higher Education in Portuguese Speaking African Countries: a five-country baseline study*. Cape Town: African Minds.

MAGNANI, José (2005). “Os Circuitos dos Jovens Urbanos”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n.2, nov., p. 173-205.

MENDES, Pedro (2012). “A Colonialidade da Nação Ceará: testemunhos de uma identidade negada” (129-140). En: *Uribam Xavier Holanda (Org.). Nuestra América no Século XXI: as disputas de hegemonia nos circuitos da crise*. Fortaleza: Edições UFC.

MOVIMENTO PASTORAL DE ESTUDANTES AFRICANOS (2012). Relatório situacional do ingresso e permanência de jovens nas faculdades FATENE e Evolução. Fortaleza: Articulação de estudantes guineenses.

RATTS, Alex (2011). “O Negro no Ceará (ou o Ceará Negro)” (19-40). En: Henrique Cunha Júnior *et al* (Orgs.). Artefatos da Cultura Negra no Ceará. Fortaleza: Edições UFC.

SAYAD, Abdelmalek (1998). A imigração ou os paradoxos da alteridade. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP.

SILVA, P. (1987). “A escravidão no Ceará: o trabalho escravo e a abolição”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: IGHC, p. 141-157.

SUBUHANA, Carlos (2009). “A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias”. Revista Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 1 (58), jan. /abr., p. 103-126.

TEIXEIRA, Ricardino (2015). Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado. Recife: Editora UFPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (2016). Anuário Estatístico 2016: base 2015. Fortaleza: Pró-Reitoria de Planejamento. 464 p.